

EM TORNO DA LÍNGUA PORTUGUESA: SABERES E CRENÇAS DE AFRICANOS NÃO ESPECIALISTAS

MARIA HELENA ANÇÃ (mariahelena@ua.pt)
CIDTFF/Universidade de Aveiro (Portugal)

Introdução

Portugal, ao longo destas últimas décadas, na sequência de acontecimentos nacionais e internacionais, consolidou a vocação de país de imigração, mantendo, no entanto, a sua vocação de emigração.

Segundo o último Relatório do Serviço de Estrangeiros e Fronteira/SEF, o total da população estrangeira legalizada corresponde a 451.191 cidadãos, em Portugal, com um crescimento, em 2009, de 3,16%. As comunidades cabo-verdiana e angolana ocupam respectivamente os 2º e 3º lugares em termos de comunidades lusófonas mais representativas, sendo a brasileira a primeira (SEF, 2010).

No contexto de partilha da Língua Portuguesa (LP), estes sujeitos têm desta língua conhecimentos próprios, advindos de muitos lugares e tempos, não só das aulas de LP, mas também de reflexões pessoais desenvolvidas interiormente, ou entre pares, ou ainda em interações com nativos.

Numa perspectiva educativa, defendemos a importância de aceder e rentabilizar esses conhecimentos, ou 'saberes vulgares', normalmente afastados dos contextos formais, onde unicamente são privilegiados os saberes eruditos. Pela presença de cabo-verdianos e angolanos na sociedade e na escola, e tendo como referência os saberes de '*real people*' (Niedzielski & Preston, 2003: vii), um pouco na linha da *Folk Linguistics*, interrogamo-nos:

- Que percepções têm sobre a LP e sobre a sua aprendizagem? Como constroem crenças sobre esta língua? Que diálogos estabelecem com/entre a LP e a língua materna/língua nacional/outras línguas?

Neste cenário, e com base em entrevistas semi-estruturadas, analisámos os discursos de quatro cabo-verdianos e de quatro angolanos, adultos, residentes em Lisboa e Aveiro.

Os saberes vulgares, de sujeitos não especialistas, sobre a LP e sobre a sua aprendizagem, têm uma relevância social e educativa evidente, sendo conhecimentos fundamentais quer para o professor de Português, quer para a área da Didáctica do Português Língua Segunda (DPL2), em geral.

1.Referencial teórico

Num contexto de Portugal multicultural, em que a presença de africanos se faz sentir 'desde sempre', mas, com especial evidência, a partir da descolonização dos territórios ultramarinos em África, a questão da educação em português ganha uma dimensão primordial. Parece-nos, contudo, que importa compreender inicialmente as percepções destes sujeitos sobre a LP e sobre a sua aprendizagem, antes de encetar reflexões 'no abstracto' sobre modalidades de ensino da língua.

Desta forma, este texto¹ recupera os 'saberes vulgares' (*naifs*, Jodelet, 1989), assim como as representações metalinguísticas vulgares, de Beacco (2001, 2004), cruzando a *Folk Linguistics* (Niedzielski e Preston, 2003; Preston, 1993, 1996; Paveau, 2008). Assim, é focalizada a LP e a sua aprendizagem, convocando dois conceitos-chave: RM e *Folk Linguistics* /linguística *folk*.

O primeiro conceito assenta na possibilidade de qualquer indivíduo, independentemente do seu conhecimento mais ou menos académico/erudito, possuir saberes 'naturais' sobre o mundo e sobre as

¹ Este texto retoma alguns aspectos de Ançã (2009) e Ançã (2010).

línguas. Quando a reflexão se debruça sobre a língua, esses saberes, explicitados ou não, conscientes ou não, controlados ou não, convergem em RM. Aliás, como nos diz Trévise (1996: 24), qualquer aprendente tem actividade metalinguística e exercita-a independentemente do grau de sofisticação das suas RM e da adequação desta actividade e dessas representações à realidade linguística.

Para contextualizar o conceito de RM, convém situar a sua origem na linguística, tendo sido, mais tarde, apropriado pela didáctica das línguas, de início com autores muito próximos da linguística (Trévise, 1996; Véronique, 1990, entre outros). O campo das RM, contudo, foi recobrando aspectos sociolinguísticos (Deprez, 1997) e o conceito foi necessariamente alargado.

Mais especificamente, no que se refere à apropriação de línguas, definiremos RM como o conhecimento (entre o epilinguístico e o metalinguístico²), que o sujeito tem/julga ter sobre a língua, ou línguas, sobre o seu funcionamento e sobre a sua apropriação (dificuldades auto-percepcionadas, por exemplo). Assim, qualquer discurso metalinguístico (descritivo-explicativo) se integra neste âmbito. As RM englobam o 'saber não erudito' e/ou 'saber metalinguístico ordinário', não se esgotando nele, e inscrevem-se ainda num tipo de saber mais geral (sobre o mundo, sobre as coisas), – o saber 'naif' ou vulgar (Beacco, 2001, 2004; Jodelet, 1989).

É nossa convicção que, no quadro da educação em português, a integração dos saberes do sujeito 'vulgar', no que respeita às RM e à sua construção/desconstrução será uma mais-valia. Associadas a estas, podemos encontrar as representações sociolinguísticas, naquilo que Dabène (1994) designou por: i) 'consciência normativa', quando focaliza as representações do sujeito sobre a gramaticalidade e a aceitabilidade dos discursos, seus e dos outros; ii) 'consciência sociolinguística' ao posicionar a língua em sociedade, tendo em conta as representações do sujeito sobre as línguas (materna e segunda), as suas áreas de emprego, de divulgação que vão determinar certas atitudes face a essas línguas.

Uma perspectiva desta índole, movendo-se entre fronteiras sociolinguísticas, e recuperando as vozes de sujeitos leigos em linguística, auto-definidos como não especialistas, parece não estar desligada da linguística *folk*.

O interesse pela linguística *folk* surgiu nos EUA, na década de 60, do século passado, essencialmente com Hoenigswald (1966), no âmbito da sociolinguística, realçando este autor a importância dos saberes espontâneos em qualquer tipo de ciência. Esta abordagem na época não acolheu grandes ecos, sendo necessário aguardar pelos anos noventa para o interesse se renovar, com autores como Preston (1993, 1996).

Para Niedziestki e Preston (2003) e Preston (1993, 1996), a linguística *folk* procura descobrir o que os não-linguistas sabem da linguagem, procurando 'ensinamentos' sobre as teorias linguísticas *folk* subjacentes. Estas estariam na base de "*conscious reactions to and comments on language*", enquanto as atitudes linguísticas, reacções inconscientes, seriam mais do âmbito da psicologia social. No entanto, entre as reacções conscientes e as não-conscientes existe um *continuum*, e não propriamente uma fronteira, não sendo possível determinar onde exactamente se inicia a zona de afastamento entre ambas.

Para finalizar, estes autores advertem que a linguística *folk* será fundamental no caso de estudos de etnografia da linguagem, a realizar com um dado grupo/comunidade. Aliás, sem as crenças de não-linguistas sobre a linguagem perder-se-iam vários dados do grupo em análise, nomeadamente dados culturais³.

² As actividades e conhecimentos do sujeito diferem no grau de controlo, explicitação e reflexão, sendo metalinguísticos os conhecimentos com estas características e epilinguísticos aqueles cujo grau de controlo, explicitação e reflexão é embrionário ou inexistentes; distinção inicialmente devida a Culioli (1968).

³ Na mesma linha, na Europa, citamos Stegu (2008) e Paveau (2008).

2.0 estudo

Justificando metodologicamente o objecto de estudo (os discursos) e o instrumento de recolha utilizado (as entrevistas), daremos voz aos conceitos de: 'percursos identitários' (Gérin-Lajoie, 2002: 78-79) e 'trajectórias de apropriação' [de uma língua] (Jeanneret, 2010). No primeiro conceito, a identidade linguística é uma construção social, resultante das experiências dos participantes, evidenciada nos seus discursos e no significado que estes lhes atribuem. Pelo segundo conceito, o sujeito/aprendente considera a apropriação de uma língua como um todo, uma experiência que modificou a sua personalidade e a sua identidade, e, por esse facto, as circunstâncias de ocorrência podem/deverem ser narradas. Segundo Jeanneret (2010:36) a *trajectória* pode ser vista como :

un dispositif symbolique, par lequel le sujet fait d'une série d'événements un ensemble significatif pour l'appropriation: la façon dont le sujet reconstruit son passé d'apprenant dans et par des discours.

Por conseguinte, considerámos os discursos dos sujeitos e, nos discursos dos sujeitos, o significado atribuído por estes à LP e à sua aprendizagem, e ainda a outras línguas, que com ela se cruzam.

2.1. Os sujeitos do estudo

Este estudo parte de discursos de 8 africanos (4 cabo-verdianos e 4 angolanos), obtidos a partir de entrevistas semi-estruturadas, com o objectivo de analisar os 'saberes vulgares' destes sujeitos, adultos, e residentes em Portugal.

Estes oito africanos têm em comum o facto de não serem estudantes de línguas ou de linguística, nem profissionais destas áreas, e, por isso, qualificados como 'não-especialistas'. Consideram, por este facto, os seus saberes nesses domínios como não legítimos. A maioria, aliás, diz não ser 'a pessoa indicada' para se pronunciar sobre questões linguísticas, ou porque 'já esqueceu a gramática', ou porque 'não fala Português correctamente'.

O grupo de cabo-verdianos é constituído por três sujeitos do sexo masculino (A, H e I) e um do sexo feminino (M), e o grupo angolano por dois sujeitos do sexo masculino (J, C) e dois do sexo feminino (Ma, Ha). No que respeita a profissões/ocupações profissionais, no caso cabo-verdiano, A e I são trabalhadores-estudantes, em Aveiro, H é estudante, e M, auxiliar de educação, na periferia de Lisboa. Têm entre 24 e 34 anos, residindo M em Portugal há 12 anos, enquanto os restantes rondam os 7 anos. Todos referem o Crioulo Cabo-Verdiano (CCV) como sua língua materna (LM). O grupo angolano é composto por dois estudantes-trabalhadores, situando-se na faixa etária dos 30: C e Ma, residentes em Lisboa, e dois estudantes de pós-graduação em Aveiro: Ha de 27 anos e J na faixa etária dos 50, ambos residentes em Portugal há um ano; os restantes estão em Portugal há mais de 10 anos. Quanto à LM, há algumas divergências: J afirma ser o Kimbundo, C diz ser a LP, mas a sua língua afectiva é o Umbundo, Ma elege a LP como materna, e 'esconde' o Kimbundo, – apenas no final da entrevista consegue assumir que as suas raízes étnicas assentam nesta língua. Ha, por seu lado, refere três línguas: Kioko, língua da mãe, Nhanheca, língua da região onde vivia em Angola, e Umbundo, a língua do pai, e sua LM (por ser aquela mais utilizada no seio da família e a que domina melhor).

2.2. Análise das entrevistas

Sem pretender separar, nas entrevistas, as RM das representações sociolinguísticas, desenharemos os seguintes itinerários investigativos, assentes na grande temática: Percepções/crenças sobre a LP e sobre a sua aprendizagem, e sobre outras línguas

- i) discurso metalinguístico (descrições, explicações/exemplificações; julgamentos normativos)
- ii) dificuldades linguísticas
- iii) diálogos entre os sujeitos e as línguas

Começando pelos cabo-verdianos, e analisando os seus *discursos metalinguísticos*, verificamos que estes vão reflectindo sobre questões linguísticas pontuais, utilizando ou não alguma terminologia. Aliás, só quando se libertam da terminologia gramatical ficam mais soltos para falar sobre as línguas e conseguem discursos menos circulares e menos hesitantes. Isso é visível, sobretudo, na locutora M, que teve um percurso académico mais curto. Utilizam especificamente um discurso interlinguístico, dado convocarem as duas línguas para a obtenção de explicações dos fenómenos em LP, ou ainda nas duas línguas.

No caso específico de descrições/explicações/exemplificações, estes sujeitos dão exemplos e explicações breves, num vai e vem entre CCV e LP. Exercitam ainda a tradução quase palavra a palavra, registando palavras iguais nas duas línguas (“cabra, branco”, I; “kossa, que é coçar”, M), ou palavras diferentes (“falar que é *papiar*, nós é *papiar*⁴”, M), ou ainda parecidas (“comer, *kume*”, M), tendo uma grande dificuldade em alongar o discurso explicativo e ficando quase por palavras soltas ou frases copulativas.

Relativamente a A, – o único que reflecte sobre a LP –, este tenta dar uma explicação, com exemplos curtos, da utilização das preposições ‘para’ e ‘a’ com verbos de movimento. Por outro lado, A reflecte sobre os deícticos espaciais em CCV: *kel-li* e *kel-la* que não exhibe a mesma distribuição espacial do que em LP, esta com um sistema ternário (aqui, aí, ali), ao contrário do sistema binário do CCV (*li*, *la*).

Retomando o grupo *angolano*, e no que respeita ao *discurso metalinguístico*, destacam-se dois tipos de comentários: o primeiro, no quadro da linguística *folk*: a LP é caracterizada pelas imposições da gramática tradicional (J), ou comparada com outras línguas europeias, em termos de dificuldades, sendo a LP “a mais difícil” a nível de pronúncia e de gramática e a “mais rica”, em termos lexicais (Ma); o segundo tipo de comentário, numa perspectiva ‘estética’: “bonita de ser falada”, “elegante nos seus sons” (C).

No que diz respeito exclusivamente às *descrições das línguas nacionais* de Angola, as perspectivas também não convergem, remetendo para as duas vias: a ‘estética’ e a ‘linguística’. Na primeira, o Umbundo é uma língua “única” pelo “encanto e musicalidade”, pelos jogos de sons, muito “nasais e muito africanos”(C), completada por uma vertente cultural (“língua riquíssima”) e conceptualmente transcendendo a LP (existência de conceitos intraduzíveis para Português, C). Na ‘linguística’, a perspectiva é oposta à primeira, dado apresentar o Kimbundo por omissão de “palavras e de significados”, e porque se trata de “uma língua às vezes primitiva”, precisando de recorrer ao Português (Ma); para J, os Umbundos tendem a transpor traços fonéticos específicos da sua língua para a LP, fenómenos que não sabe explicar, por exemplo, a tendência dos seus locutores para transporem a nasalação característica desta língua para os sons da LP,⁵ aspecto que unicamente os linguistas poderão explicar. No que toca a Ha, o Umbundo, por ser a língua nacional que melhor domina, é mais fácil em termos de pronúncia e de vocabulário: “[O Kioko e o Nhanheca] têm pronúncias bastante difíceis, e eu lido

⁴ O infinito é *papia* e não “*papiar*”.

⁵ Acrescenta ainda que estes pronunciam [d] em vez de [t], i.e., a consoante oclusiva sonora pela surda (“Há sempre esta, esta tendência de, por causa da influência da LM (...) sei lá, os linguistas podem explicar isso, em termos desse d”).

com estas línguas há bastante tempo...PRONÚNCIA⁶ difícil e com vocabulário mais rico, têm mais palavras do que ...o Umbundo”.

Quanto aos *juízos normativos* dos cabo-verdianos, há uma preocupação grande em todos eles em dominar com correcção a LP, dado em termos profissionais, a LP ser imprescindível, quer em Portugal quer em Cabo Verde. Estas representações normativas também estão presentes no que consideram ser o ‘Crioulo padrão’, i.e., o “verdadeiro”, o do interior de Santiago⁷ (A, H, M). Os sujeitos dizem falar um Crioulo ‘misturado’, admitindo ainda a existência de variedades dialectais bastante diversificadas. É esta diversidade, segundo H, que vai dificultar a escolha de uma variedade de Crioulo padrão.

Os *juízos normativos* dos angolanos consubstanciam-se em comentários sobre a variedade de Português mais correcta, em Portugal, Brasil, África, sempre na busca da “pureza da língua” (J), “mas Português só é um: o correcto”, não importando os espaços onde é falado. Paradoxalmente, a ‘correcção’, – acabam por confessar –, encontra-se no Português Europeu e o país africano que mais se aproxima deste padrão é Angola. Quanto à pronúncia, esta deve ser neutra, próxima daquilo que eles idealizam como padrão. Aliás, J demonstra bem esta preocupação ao utilizar o verbo *pecar*: “eu posso pecar no sotaque, é verdade...”.

Relativamente às línguas nacionais, Ha afirma que o Umbundo é uma língua com muitas variedades, “muito diversificada”, o que tem a ver “com a pronúncia...e com as palavras”. Mas é no Huambo que se fala o “Umbundo puro”: “eles é que são mesmo os donos, entre aspas, do Umbundo”.

Outro aspecto focalizado foi o facto de terem sido desvalorizadas as línguas nacionais em Angola, no passado, consideradas ‘menores’, “dialectos”, o que originou certos preconceitos visíveis “até à independência do país”. Não obstante a designação “dialecto” remeter para o tempo colonial, estes angolanos utilizam-na nos seus discursos, oscilando com a designação “língua”, mas, sem qualquer conotação pejorativa. Nesta perspectiva de desvalorização linguística, mas, também, social, Ma afirma que o Kimbundo “não é falado pelas classes altas, só pelo povo”.

Quanto às *dificuldades auto-percebidas*, nos cabo-verdianos, elas vão muito a par nos quatro entrevistados: a oralidade/pronúncia, a escrita, a estrutura da frase, a preposição com as suas contracções. M tenta justificar o fraco desempenho em LP, por um lado, porque o seu meio sócio-cultural é relativamente baixo, por outro, porque tem falhas desde a base (“falhas que no meu caso trouxe desde a escola”). Em Cabo Verde, a LP para ela tinha um papel muito restrito, só quando imigrou para Portugal tomou consciência de que escrevia e falava ‘mal’. No seu discurso refere alguns itens gramaticais que não explora (géneros dos nomes, “concordância”, “morfologia da frase e sintáctica”, “conjugação dos verbos no presente e no passado”, “os modos”), excepção para a pronúncia da vibrante uvular /R/ em que exemplifica: “Também os *erres*. Também essa dos *erres* ... garrafa, nós garafa”). Uma lacuna denunciada claramente foi o vocabulário reduzido que a conduziu a mal-entendidos: “[porque] desconhecia as palavras”. I, por sua vez, fala nas suas dificuldades na oralidade, maiores do que na escrita, embora a escrita também apresente alguns problemas, sobretudo a nível da estrutura da frase, talvez porque pense em CCV e tente traduzir (“no início metia palavras crioulas no meio do Português”), na preposição e na colocação da vírgula (“sinceramente não sei porquê”), talvez por não ter hábitos de leitura.

A, quando refere as dificuldades da estrutura da frase, também levanta a hipótese da interferência do CCV poder não ser benéfica. No entanto, o problema não será tanto a nível sintáctico, “sinto que às vezes quero escrever uma frase bem elaborada”; pois, A, assim como I, pretendem obter um

⁶ PRONÚNCIA – as maiúsculas correspondem à transcrição de uma palavra acentuada, neste caso, a falante Ha eleva o tom da sua voz para pronunciar esta palavra.

⁷ Santiago é a ilha mais populosa e onde se situa a Cidade da Praia, a capital do país.

perfeccionismo tal que caem em frases rebuscadas e talvez com um vocabulário pouco adequado ao contexto. Além disso, como referido em cima, as preposições e, mais exactamente, as contracções⁸, são obstáculos que A justifica: “Há algum tempo que não revejo a gramática”. Aliás, este distanciamento da gramática encontra-se igualmente em I.

Relativamente às *dificuldades em LP*, os angolanos entrevistados invocam brevemente alguns aspectos pouco especificados: vocabulário, pronúncia e gramática. Ha, porém, contextualiza as dificuldades em aula de LP: estrutura da frase e sinonímia/antonímia: “tivemos sempre muita dificuldade quando o professor punha um texto, textos com sinónimos e antónimos, que eram sempre palavras bastante complexas...”. Em relação à selecção e colocação do pronome pessoal complemento (Ex: ‘eu lhe vi no sábado’ por ‘eu vi-o no sábado’), Ma diz apenas tratar-se de uma “troca”, enquanto J, C e Ha atribuem à interferência da LM, ao pouco contacto com a norma escolar, o que acontece em famílias monolíngues de línguas bantu, não se tratando do caso de J nem de C.

O outro ponto de análise coloca a tónica no *diálogo entre o sujeito e as línguas*, podendo este diálogo ser construído em meio informal (interacções em sociedade, com nativos e não nativos) ou formal (na escola). Assim, que estratégias de aprendizagem e de comunicação são mobilizadas por estes dois grupos nos dois tipos de contexto?

No que concerne aos quatro *cabo-verdianos*, estes baseiam-se no ‘modelo do nativo’, para aprender a LP (“ouvindo as pessoas, estar atento”); o professor (em Cabo Verde e em Portugal), mas também os colegas (“lidar diariamente com os colegas”; I; “no trabalho, a conversar com alguém, nos serviços públicos,” M), a prática (“A língua é prática”, I), assistência a programas na televisão, sobretudo aqueles dedicados à LP (A, I). Se a LP não beneficiou quase nada do recurso ao CCV, o mesmo não sucedeu com o Italiano e Espanhol, para quem o Português foi uma via facilitadora (I)⁹. Existe, ainda, um recurso remoto a gramáticas (I e A). Podemos concluir que as estratégias privilegiadas por estes sujeitos se situam mais no âmbito das estratégias sócio-afectivas, nomeadamente no diálogo com os nativos (não só como modelo linguístico, mas, também, como possibilidade de correcção dos seus enunciados); por outro lado, apostam, mas em grau menor, na interacção entre o sujeito e a língua quando fazem recurso à tradução, comparação, uso de gramáticas.

Por sua vez, as *estratégias de comunicação e de aprendizagem* mencionadas pelos angolanos dizem respeito à apropriação da LP em interacção com os pais “porque a LP é língua oficial de Angola”, mas, também na interacção com portugueses (apenas referida por M e Ha). Na aprendizagem formal, destacam a escola como o local privilegiado, porque é neste espaço que a aprendizagem é consciente. A importância do aspecto gramatical é acentuado por todos, a par da “fonética”, o primeiro aspecto a apreender numa língua. Como utensílios imprescindíveis estão a gramática e, sobretudo, o dicionário onde se buscam “sinónimos” e se aprende a traduzir.

Quando confrontados, então, com estratégias específicas, nomeiam a tradução (“sempre que se aprende uma língua, faz-se a tradução”, C), ou seja, aprender uma língua é desvendar os seus significados, mas também reflectir e relacionar (“às vezes relaciono”, Ma), assim como consciencializar-se, usar a memorização, o registo escrito e apostar na interacção com portugueses (referidos por Ma e Ha). A comparação entre línguas foi uma estratégia mencionada, mas, sem grande convicção. J diz recorrer primeiro “à língua base”, i.e., à LP para entender o Francês, nunca entre LP e Kimbundo “porque são línguas que cresceram em mim paralelamente”. Ma também afirma partir do Português para o Francês e Espanhol, em termos de vocabulário, dada a proximidade linguística, e do Português para o Inglês, pela distância morfossintáctica e, ainda, do Português para o Kimbundo: “às vezes quando conto”.

⁸ Em CCV, as preposições são simples, não admitindo contracções.

⁹ Não se partiu da 1ª língua para compreender a 2ª (LP), mas, desta para a 3ª e 4ª línguas.

C diz não recorrer muito a comparações entre línguas, no entanto, na entrevista fala que quando estudou Inglês encontrou alguns sons que não existem na LP e foi, efectivamente, com o Inglês que se apercebeu das diferenças entre as línguas anteriormente aprendidas. Para Ha, as comparações que estabelece em termos de línguas nacionais, só passam pela pronúncia (no entanto, anteriormente, dizia-nos que o Umbundo era mais fácil do que as outras línguas angolanas, em termos de pronúncia, mas também de “vocabulário”). Quando compara o Umbundo e a LP, constata que “para dizer uma coisa, as frases parecem ser muito mais curtas...relativamente ao Português”. Mas, comparações conscientes e pontes entre as línguas, só as fez entre as duas primeiras línguas europeias que aprendeu: a LP e o Inglês.

Sintetizando, importa sublinhar que as referências dos cabo-verdianos à sua LM são mais abundantes do que à LP, embora o diálogo entre estes sujeitos e as línguas esteja em permanente (re)construção. Os angolanos colocam a LP no centro, para daí partirem para as línguas nacionais/maternas e regressarem à LP, donde efectivamente começa o diálogo, – talvez pelo peso de ser a língua oficial e, conseqüentemente, por ter sido a primeira língua aprendida em contexto formal.

2.3. Conclusões do estudo

Da reflexão sobre este estudo, podemos destacar algumas questões emergentes e comuns aos dois grupos:

- A existência de uma língua nacional (materna ou quase materna) a par da LP, vivendo os sujeitos entre estas línguas, com as quais constroem, mais conscientemente ou menos conscientemente, pontes/diálogos entre ambas.

- A presença de uma forte *atitude normativa e prescritiva* dos entrevistados. Esta é também uma das constatações de Preston, no âmbito das teorias *folk*: os sujeitos são marcadamente prescritivos, encarando a norma, não como uma abstracção linguística, mas como uma realidade.

- A extrema preocupação com a correcção, particularmente com a *pronúncia*; preocupação também salientada por James (1998): os locutores nativos são tolerantes com os estrangeiros em matéria de morfologia, sintaxe e semântica, mas bastante severos em termos de fonologia, sendo este domínio visto como um sinal de incompetência.

- O reconhecimento que algumas *línguas/variedades não oficiais são sentidas como inferiores* e suscitam preconceitos, sobretudo nos angolanos que se organizam em torno da LP, ‘língua de prestígio’, tentando justificar as ligações ‘maternas’ a essas línguas/variedades. O eixo linguístico dos cabo-verdianos, por sua vez, é assumidamente o CCV, surgindo a LP a um nível mais organizativo e académico, embora concorrendo sempre a primeira língua para o sucesso da segunda (Ançã, 2010).

Comentários Finais

Quando iniciámos este texto, salientámos que, numa perspectiva educativa, defendíamos a importância de rentabilizar conhecimentos/ ‘saberes vulgares’, normalmente ausentes dos contextos escolares formais. A nossa escolha recaiu sobre os cabo-verdianos e angolanos que representam na sociedade e na escola portuguesas, comunidades lusófonas fortes, em termos de visibilidade.

A educação em português, em geral, e a DPL2, em particular, ganhará, sem dúvida, se considerar os ‘saberes’ destes sujeitos, os seus comentários, as suas crenças que serão partilhadas, certamente, por outros cabo-verdianos e angolanos. São estas convicções culturais e linguísticas comuns a um grupo e a outro grupo que podem levar a esboçar algumas teorias *folk* e a fazer-nos recolocar a questão da aprendizagem da LP por estes grupos lusófonos.

Referências Bibliográficas

- Ançã, Maria Helena (2009) "Discursos sobre as línguas – O papel dos 'saberes vulgares' na Educação em Português". *Seminário Português Língua Não Materna. Metodologias e Materiais*. Lisboa: ILTEC/Associação de Professores de Português, 37-43.
- Ançã, Maria Helena (2010) "Contributos dos 'saberes vulgares' para a Educação em Português". *Comunicação apresentada ao 13º Congresso Brasileiro de LP/4º Congresso Internacional de Lusofonia IP-PUC/SP*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes/PUC (Brasil).
- Beacco, Jean-Claude (2001) "Les savoirs linguistiques *ordinaires* en didactique des langues: les idiotismes" in *Langue Française*, 131, 89-105.
- Beacco, Jean-Claude (2004) "Trois perspectives linguistiques sur la notion de genre discursif" in *Langages*, 153, 109-219.
- Culioli, Antoine (1968) "La formalisation en linguistique" in *Cahier pour l'Analyse*, 4, 106-117.
- Dabène, Louise (1994) *Repères sociolinguistiques pour l'enseignement des langues*. Paris : Hachette.
- Deprez, Christine (1997). "L'apprenant et ses langues : représentations métalinguistiques dans les entretiens autobiographiques". In Geneviève Zarate et Michel Candelier (org.) *Les représentations en didactique des langues et des cultures. Notions en Question*, 2, Paris: CRÉDIF/LIDILEM, 113-127.
- Gérin-Lajoie, Diane (2002) "L'approche ethnographique comme méthodologie de recherche dans l'examen du processus de construction identitaire" in *La Revue Canadienne des Langues Vivantes*, 59, 1, 77-96.
- Hoeningwald, Henry (1996) "A Proposal for the Study of Folk-linguistics". In William Bright (ed.) *Sociolinguistics*. The Hague: Mouton, 16-26.
- James, Carl (1998) *Errors in Language Learning and Use*. London: Longman.
- Jeanneret, Thérèse (2010) "Trajectoires d'appropriation langagière et travail identitaire: données et analyses" in *Bulletin Suisse de linguistique appliquée*, n° spécial 2010/1, 27-45.
- Jodelet, Denise (1989) "Représentations sociales: un domaine en expansion" in Denise Jodelet (dir.) *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 47- 78.
- Niedziestski, Nancy and Preston, Dennis (2003/2000) *Folk Linguistics*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- Paveau, Marie-Anne. (2008) "Le parler des classes dominantes, objets linguistiquement incorrect ? Dialectologie perceptive et linguistique populaire" in *Études de Linguistique Appliquée*, 150, 137-156.
- Preston, Dennis (1993) "The uses of folk linguistics" in *International Journal of Applied Linguistics*, Vol.3, 2, 181-259.
- Preston, Dennis (1996) "Whaddayaknow?: The Modes of Folk Linguistics Awareness" in *Language Awareness*, Vol.5, 1, 40-74.
- SEF/ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2010). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo – 2009*. SEF. http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2009.pdf. (consultado em 20.09.10).
- Stegu, Martin (2008) "Linguistique populaire, language awareness, linguistique appliquée : interrelations et transitions" in *Pratiques*, 139/140, 81-92.
- Trévise, Anne (1996) "Réflexion, réflexité et acquisition des langues". *AILE*, 8, 5-39.
- Véronique, Daniel (1990) "À la rencontre de l'autre langue : réflexion sur les représentations dans l'apprentissage d'une langue étrangère" in *Le Français dans le Monde*, n° spécial, 17-24.